

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 8 DE OUTUBRO DE 1974

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES FERNANENTES

#### 4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quêise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eley Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domicio Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguilardo Pereira Lima — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguilardo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

## COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quêise Crisóstomo da Silva — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domicio Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 171ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 8 de Outubro de 1974 (Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Iris Caldart e Borsari Neto.

As 1400 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzini — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Padel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo e Xenofonte Villanueva (28); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Muggiati Filho — Aginaldo Pereira Lima — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacii — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Paulo Poli — Quêlese Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Bradão e Wilson Fortes (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA.**

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado, visando a organização do Sistema Nacional de Laboratórios da Saúde Pública. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. — Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 35/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — É aprovado o termo de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado, visando a organização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1974.

(aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente  
 Wilson Fortes — Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer à Proposição n.º 184-74, Mensagem Governamental n.º 48-74, dispondo sobre convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado.

1. O Exmo. Sr. Governador do Estado encaminha, para apreciação desta Assembléia, cópia do convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado, visando a organização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

2. O convênio consulta, evidentemente, aos altos interesses da comunidade paranaense, que passará a contar com melhores e mais eficientes serviços no tocante à saúde pública.

3. A matéria encontra amparo no item IX do art. 47, da Constituição Estadual, cabendo à Assembléia referendar o convênio, nos termos do item VIII, do art. 22, da mesma Constituição, para o que apresentamos o Projeto de Resolução anexo.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1974.

(aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente  
 Wilson Fortes — Relator

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**PARECER**

Com o presente Convênio, pretende o Governo do Estado através da Secretaria de Saúde Pública capacitar, organizar e manter o Sistema Estadual de Laboratórios de Saúde, adotando normas técnicas recomendadas pelo Ministério de Saúde Pública estabelecendo assim, programas para capacitação de pessoal, modernizando, renovando e mantendo, instalações e equipamentos de laboratórios. Além disso, a Secretaria de Saúde do Estado com o presente Convênio, deverá fornecer ao Ministério da Saúde dentro dos prazos especificados para cada condição mórbida, os resultados dos exames realizados na rede de Laboratórios em nosso Estado, mantendo uma espécie de intercâmbio fiscalizatório de pesquisas que tende a melhorar o programa e a expansão da rede de Laboratórios de Saúde Pública.

A aprovação do Convênio, virá capacitar o Laboratório Central do Estado e outros Laboratórios de Saúde Pública que localizar-se-á em todo o território estadual, no diagnóstico da tuberculose, difteria, sífilis, blenorragia, febre tifóide, shigeloses, septimias, meningite, estafilocócicas, estreptocócicas, micose lepra, pneumocócicas, malária, doença de chagas, esquistossomose, bem como para a realização de exames parasitológicos de fezes e sangue, exames de água, leite e derivados, e de outros alimentos.

Pelo acima exposto evidencia-se, que o Convênio, virá de encontro aos altos interesses da comunidade paranaense, que passará a contar com uma rede de Laboratórios melhor e mais eficientes, prestando serviços na área da Saúde Pública e esta Comissão dá seu parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1974.

Haroldo Bianchi — Presidente  
 Domicio Scaramella — Relator

**MENSAGEM**

48/74

Curitiba, 26 de julho de 1974

Sr. Presidente.

Terho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado, visando a organização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

**EMILIO GOMES**

Governador do Estado

Termo de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Paraná, para organização do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

Aos oito (8) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete do Ministro da Saúde, presentes, de um lado, o Ministro da Saúde, representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Doutor Mário Machado de Lemos, com a participação da Secretaria de Saúde Pública, representada pelo seu Secretário, Ilustríssimo Senhor Doutor Nelson Luiz de Araújo Moraes, e da Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde, neste ato representada por seu Diretor, Ilustríssimo Senhor Doutor Vinicius Wagner, e, de outro lado, o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do respectivo Secretário de Saúde, Excelentíssimo Senhor Doutor Ivan Beira Fontoura, resolveram celebrar o presente convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA I — Convenções** — Ficam convencionadas as designações de "Ministério" para o Ministério da Saúde, de "Divisão" para a Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde, de "Governo" para o Governo do Estado do Paraná e de "Secretaria" para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

**CLÁUSULA II — Objeto** — O presente convênio tem por objeto a organização de uma rede de laboratórios de saúde pública no Estado do Paraná sob a forma de Sistema, para integrá-la ao Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública.

**CLÁUSULA III — Obrigações do Ministério** — O Ministério, através da Divisão, assume as seguintes obrigações:

- organizar e manter o Laboratório Central de Saúde Pública que exercerá as funções de órgão de referência do Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública com o propósito de apoiar os programas de saúde nas diferentes unidades do País;
- auxiliar, técnica e financeiramente, a Secretaria na organização e funcionamento da rede estadual de laboratórios de saúde pública, nos limites fixados anualmente nos Planos de Distribuição e Programas de Trabalho, aprovados pelo Ministro de Estado da Saúde;
- auxiliar, técnica e financeiramente, os laboratórios do Estado que fabricam produtos biológicos para uso humano e veterinário, destinados ao diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças, nos limites fixados anualmente nos Planos de Distribuição e Programas de Trabalho, aprovados pelo Ministro de Estado da Saúde;
- capacitar o laboratório central do Estado para a realização de um mínimo de atividades necessárias ao diagnóstico da tuberculose, difteria, sífilis, blenorragia, febre tifóide, shigeloses, septimias, meningite, estafilocócicas, estreptocócicas, micose, lepra, pneumocócicas, malária, doença de Chagas, esquistossomose, bem como para a realização de exames parasitológicos de fezes e sangue e exames de água, leite e derivados e de outros alimentos;
- padronizar as normas e o equipamento para coleta e remessa de amostras;
- padronizar os modelos para a remessa de resultados de exames aos órgãos centrais do Estado e do Ministério;
- padronizar as técnicas e métodos de exame;
- realizar programas de capacitação de pessoal de todos os níveis necessários ao desenvolvimento das atividades dos laboratórios de saúde pública do Estado;
- estabelecer programa de apoio financeiro visando a modernização, renovação e manutenção de instalações e equipamento de laboratório.

**CLÁUSULA IV — Obrigações do Governo** — O Governo, através da Secretaria assume as seguintes obrigações:

- organizar e manter o Sistema Estadual de Laboratórios de Saúde Pública constituído de: Laboratório Central; Laboratórios regionais e locais;
- adotar as normas técnicas recomendadas pelo Ministério;
- estabelecer programas de capacitação de pessoal e de modernização, renovação e manutenção de instalações e equipamento de laboratório;
- fornecer ao Ministério, nos prazos especificados para cada condição mórbida os resultados dos exames realizados pela rede estadual de laboratórios de saúde pública;
- dar conhecimento ao Ministério, no primeiro trimestre de cada ano, do programa de melhoria e expansão da rede estadual de laboratórios de saúde pública.

**CLÁUSULA V — Ação Conjugada** — A Divisão e a Secretaria conjugarão esforços, objetivando obter maior produtividade e economia nos gastos, evitar a dispersão de esforços e a repetição de ações, possibilitando maior harmonia e coerência nas decisões relacionadas com este convênio.

**CLÁUSULA VI — Vigência e Prorrogação** — O presente convênio vigorará pelo prazo de um (1) ano, a partir da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado, por prazos iguais e sucessivos, cas não haja manifestação em contrário de uma das partes, antes do termo fixado, podendo ainda ser modificado, a qualquer tempo, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA VII — Rescisão e Resilição** — O presente convênio poderá ser rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições ou rescindido pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou por mútuo consentimento mediante manifestação por qualquer das

partes, com antecedência mínima de noventa (90) dias, da data fixada para a extinção de sua vigência.

E por estarem acordes, depois de lido, aceito e achado conforme foi o presente convênio assinado pelas partes supramencionadas em presença das testemunhas abaixo, dele se extraíndo cópias para sua publicação e execução.

Mário Machado de Lemos — Ministro da Saúde  
Ivan Beira Fontoura — Secretário de Saúde do Estado  
Nelson Luiz de Araújo Moraes — Secretário de Saúde Pública  
Vinicius Wagner — Diretor da Divisão Nacional de Estatística e Epidemiologia da Saúde

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 9, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/74.

marcando ainda, uma Sessão Extraordinária para o dia 10, quinta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/74.

Levanta-se a Sessão.

### 4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

#### Ata da 172ª Sessão Ordinária

Realizada em 8 de Outubro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados: Marciano Baraniuk e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzzi — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo e Xenofonte Villanueva (28); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Muggioli Filho — Aguiinaldo Pereira Lima — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Fabiano Braga Cortes — Fuad Nacli — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Paulo Poli — Quiese Cristóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Wilson Fortes (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E :

#### MENSAGENS:

Sob o n.º 63/74 do Senhor Governador do Estado, encaminhando Proposta Orçamentária para o exercício de 1975. — A Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM

65/74

Curitiba, 1.º de outubro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre novos valores às taxas de Segurança Pública, criadas pela Lei n.º 5.482, de 20 de janeiro de 1967.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consubstancia o resultado de criteriosos estudos levados a efeito pelos órgãos competentes da Administração, sendo anexada, para apresentação de maiores detalhes quanto à necessidade oportunidade e interesse público da medida, cópia autêntica do Ofício n.º 618/74, da Secretaria de Segurança Pública, acompanhada da Exposição de Motivos n.º 473/74, do Grupo de Planejamento Setorial, daquela Pasta.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 23, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. As taxas de Segurança Pública, criadas pela Lei n.º 5.482, de 20 de janeiro de 1967, cobradas para atender despesas resultantes de atividades prestadas pelo Estado e decorrentes do exercício regular do Poder de Polícia, passam a ter os seus valores calculados em percentuais incidentes sobre o maior salário mínimo vigente, para o Estado do Paraná no ano imediatamente anterior, de acordo com as tabelas anexas.

§ 1.º. No resultado de cálculo dos valores das referidas taxas, serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro).

§ 2.º. Anualmente, até o dia 31 de dezembro do ano imediatamente anterior à entrada em vigor dos valores atualizados na forma desta Lei, a Secretaria de Segurança Pública publicará Resolução com as tabelas reajustadas para efeito de cobrança.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1975, revogadas as disposições em contrário.

#### TABELA "A"

#### Dos Atos Relativos à Fiscalização Policial em Geral

	% sobre o maior salário mínimo
1 — Alvará mensal para:	
a) Alto-falantes fixos ou móveis para propaganda em geral ...	10%
b) Alto-falantes fixos ou móveis para diversões ...	12%
c) Bailes:	
I — Bailes públicos ou populares, com cobrança de ingresso, mesa ou convite:	
— em cidades até 50.000 habitantes ...	12%
— em cidades com mais de 50.000 habitantes ...	17%
II — Nos distritos administrativos ou judiciários e fora do quadro urbano dos municípios do interior, por baile ...	7%
d) Buete, Music-hall, Grill-Room, Drive In, Uiscarias, Dancings ou cabarés, Taxi-girl, bar musical noturno, restaurante dançante e similares:	
I — Com bailarinas de sala e "show" — Alvará mensal ...	57%
II — Com bailarinas de sala, sem "show" — Alvará mensal ...	42%
III — Com "show", sem bailarinas de sala — Alvará mensal ...	34%
IV — Sem bailarinas de sala e "show" — Alvará mensal ...	28%
e) Cinemas ou exhibições:	
I — Com exibição em qualquer bitola — Alvará mensal — em cidades de até 50.000 habitantes ...	4%
II — Com exibição em bitola de 35mm — Alvará mensal — em cidades com mais de 50.000 habitantes ...	7%
III — Até 8 sessões semanais ...	12%
IV — Até 4 sessões por dia ...	28%
V — Com lotação até 1.000 lugares ...	28%
— com lotação superior a 1.000 lugares ...	34%
VI — Com mais de 4 sessões por dia — Alvará mensal ...	43%
NOTA: Nas alíquotas acima, os cinemas com exibição de bitola de 70mm terão um aumento de 20% e os cinemas com bitola de 16mm, um abatimento de 50%.	
f) Circos, concertos, recitais e outros espetáculos teatrais com cobrança de entrada:	
I — De 1 a 5 dias de espetáculo — Alvará ...	14%
II — De 6 a 10 dias de espetáculo — Alvará ...	21%
III — De 11 a 15 dias de espetáculo — Alvará ...	21%
IV — De mais de 15 dias de espetáculo — Alvará ...	43%
NOTA: As alíquotas acima, a critério da autoridade policial respectiva poderão ser, acrescidas ou reduzidas em até 20% de seu valor, tendo em vista a maior ou menor proporção dos espetáculos.	
g) Outras diversões públicas:	
I — Bilhares e snooker em geral — Alvará mensal por unidade ...	14%
II — Jogos de habilidade através de máquina ou aparelho eletrônico, mecânico ou manual, bilhar ou bilhar americano e mesa de futebol, explorado por pessoa física ou jurídica, por aparelho ou unidade — Alvará mensal ...	14%
III — Jogos de bocha, bolão, boliche e congêneres, que não sejam instalados em sociedades recreativas, registradas na Delegacia de Polícia e com cobrança de partidas — por unidade ...	8%
IV — Execução musical, fonomecânica e sem locutor, por eletrola gravador, alto-falante ou similares, em casa de comércio e que não seja efetivada em cabine indestruível — Alvará mensal ...	10%
V — Luta Livre, box ou similares com entradas pagas — Alvará por espetáculo ...	20%
VI — Orquestra, conjunto musical, música mecânica ou eletrofônica, com ou sem inserção de moeda em bar, confeitaria, casa de chá, hotel, lancheria, sorveteria, lancheria ou em outros estabelecimentos congêneres — Alvará mensal ...	8%
VII — Estabelecimento de crédito ou financiamento — Alvará mensal por estabelecimento ou agência:	
a) na Capital ...	14%
b) nos municípios do interior de população superior a 50.000 habitantes ...	8%
c) nos demais municípios do interior ...	6%
VIII — Estabelecimentos industriais e/ou comerciais com serviço de vigilância próprio ou contrato — Alvará anual ...	28%
IX — Agências de informações — Alvará anual ...	17%
X — Certificado de cumprimento do Decreto 4.316/73 ...	58%
XI — Certidões:	
a) de autos de inquéritos penais ou contravenções por folha ...	1,5%
b) diversas de atos praticados por Delegacias de Polícia não compreendidos nas tabelas desta Lei ...	4%
c) negativas expedidas pela Delegacia de Furtos de Automóveis ...	6%
XII — Parque ou Stand de diversões:	
1) Por aparelho ou local de atração — Alvará mensal ...	7%
2) Com tiro alvo, por arma — Alvará mensal ...	3%
XIII — Parque de patinação e piscina pública — em recinto aberto ou fechado — Alvará mensal ...	28%
XIV — Gelorama ou similares — Alvará por dia ...	43%
XV — Jogos carteados lícitos, permitidos em sociedade legitimamente constituída — Alvará mensal por mesa ...	28%
XVI — Demais diversões públicas não especificadas — Alvará mensal ...	23%
XVII — Rádio Emissora e Televisão — Alvará Mensal ...	17%
2) Registro de:	
a) Associações recreativas, clubes, sociedades privadas, etc. — (anual) ...	28%
b) Entidades, organizações, empresas e estabelecimentos a que se refere o item "IV" desta Tabela (anual) ...	43%
c) Salões de bailes denominados "públicos" ou "populares", ou de empresa, organização ou entidade que promova ou explore tais bailes — anual ...	28%
d) Pessoas que operam em diversões públicas, inclusive para o fornecimento de carteiras:	
I — Bailarinas de sala ...	3%
II — Artistas e auxiliares teatrais, etc. ...	8%
III — Empresários e Proprietários ...	14%
3) Vistorias diversas ...	23%

Nota: São competentes para efetuar a lavratura da autuação,

na Capital, a Delegacia de Jogos e Diversões e no Interior, as Delegacias de Polícia respectivas.

**TABELA "B"**  
Dos Atos Relativos à Ordem Política e Social

4) Alvarás:	
a) de fiscalização de oficinas de qualquer espécie que comerciarem, reformem armas em geral — Alvará anual	14%
b) de fiscalização para o fabrico, importação, exportação e comércio de armas, munições, inflamáveis e produtos químicos, agressivos e corrosivos:	
I — Fabricante — Alvará mensal	14%
II — Representante, importador e exportador — anual	14%
III — Comerciante — Alvará mensal	9%
c) de fiscalização para depósito de explosivos ou inflamáveis — Alvará anual	14%
d) de habilitação, para exercer a profissão de encarregado jogos ou técnico — Alvará anual	1,5%
e) de licença para o transporte de mostruário de armas e munições — Alvará anual	14%
f) de licença para o comércio de fogos de artifício:	
I — Firmas atacadistas — Alvará anual	28%
II — Firmas varejistas — Alvará anual	17%
g) de licença para o transporte de inflamáveis ou explosivo — Alvará anual	
1) autônomos — por unidade transportadora	8%
2) empresas — por unidade transportadora	11%
h) de vistoria em fábrica ou depósito de explosivos ou inflamáveis — Alvará anual	9%
i) de licença para uso ou emprego de explosivos ou inflamáveis — Alvará mensal	6%
5) Registros anuais:	
a) de arma de defesa pessoal	9%
b) de arma de tiro ao alvo ou de caça	14%
c) de museus ou colecionadores de armas:	
I — até dez armas	9%
II — a mais de dez armas	14%
d) de hotéis, motéis, pensões e similares:	
I — até dez quartos	9%
II — de onze a vinte quartos	11%
III — de vinte e um a cinquenta quartos	23%
IV — de mais de cinquenta quartos	42%
e) Transferências de registros em geral	9%
6) Atestados:	
a) de idoneidade política e social:	
I para fins particulares	3%
II — para fins de obtenção de emprego	1,5%
b) de idoneidade para o comércio de armas, munições e explosivos	6%
7) Licenças:	
a) Para o porte de arma de defesa pessoal:	
I — para motoristas profissionais, por ano	8%
II — particulares em geral	28%
b) Para trânsito de armas de caça, licença anual	3%
c) Para trânsito de armas de tiro ao alvo, licença anual	6%
d) Para compra de arma e munição	3%
8) Vistos:	
a) De saída do território nacional em passaportes de nacionais	6%
9) Certidões:	
a) de vistorias em fábricas de explosivos ou inflamáveis	9%
b) outras não especificadas	6%

**TABELA "C"**

Dos Atos Relativos à Fiscalização de Alienígenas

10) Atos diversos:	
I — Emissão de passaportes para estrangeiros	43%
II — Retificação de Cédula de Identidade Nacional	10%
III — Retificação de Cédula de Identidade de Estrangeiro	14%
IV — Inscrições de Cédula de Identidade de outras unidades federativas	6%
V — Retificação de nome	10%
VI — Cancelamento de Visto de Saída	6%
VII — Registros não especificados	6%
VIII — Registros de estrangeiros com pedido de transformação de visto — por pessoa dependente	10%
IX — Registro de temporário	10%
X — Registro de Permanente	10%
XI — Segunda via de Registro	10%

**TABELA "D"**

Dos Atos Relativos ao Serviço de Investigação e de Identificação

11) Atestados:	
I — De antecedentes criminais para obtenção de visto de saída	5%
II — De antecedentes criminais para outros fins	3%
12) Cédulas:	
I — De Identidade	7%
II — De Estrangeiro	10%
III — Segunda via da cédula de identidade	14%
IV — Segunda via da cédula de estrangeiro	14%
V — Retificação de nome	14%
13) Passaportes:	
I — Expedição de passaporte individual	28%
II — Expedição de passaporte família	51%
III — Revalidação de passaportes	14%
IV — Inclusão de países em passaportes — por país	3%
V — Inclusão de filhos em passaportes — por filho	3%

Nota: — Na expedição ou revalidação do passaporte, a taxa será reduzida em 20% para o que comprovar viajar ao exterior exclusivamente com bolsa de estudo regularmente obtida e comprovada no ato da expedição.

14) Vistos:	
I — De saída do Território em passaportes nacionais	6%

**TABELA "E"**

Dos Atos Relativos ao Instituto de Polícia Técnica

15) Exames externos:	
I — Acidentes de Trânsito na Capital	28%
II — Acidentes de Trânsito fora da Capital	57%
16) Vistorias:	
I — Constatação de danos e vistoria de outra natureza na Capital	23%
II — Constatação de danos e vistoria de outra natureza, fora da Capital	43%
III — Levantamento em questões possessórias, na Capital	57%
IV — Levantamento em questões possessórias, fora da Capital	71%
Nota: — As alíquotas dos exames externos e vistorias poderão ser reduzidas a critério do Diretor do Instituto, até o limite de Cr\$ 80,00 em função do tempo de serviço dispensado e menor complexidade do trabalho.	
17) Exames diversos e pareceres:	
I — Exames de documentos e contábeis, exames de laboratório em geral de jogos e outros especiais, inclusive pareceres diversos	71%
Nota: Os exames e pareceres, bem como os serviços especiais que, pela natureza e complexidade, devem ultrapassar o limite estabelecido neste item, serão objeto de orçamento prévio a ser apresentado à parte interessada.	
18) Fotografias:	
I — Fotografias legendas e autenticadas até o tamanho 18 x 24 (primeira via)	3%
II — Demais vias, por unidade	1,5%
III — Ampliações fotográficas até o tamanho 30x40 (primeira via)	14%
IV — Demais vias, por unidade	11%
Nota: — Ampliações que ultrapassarem o tamanho 30x40, serão objeto de orçamento prévio, a ser apresentado à parte interessada.	
V — Cópias fotostáticas de documentos para cada folha ou exemplar	1,5%
VI — Cópias heliográficas, por unidade:	
a) medindo até 33x22	3%
b) ultrapassando essa medida	4%
19) Cópias:	
I — De laudos, exceto as fotografias e diagramas, por via	4%
Nota: — Cópias de laudos não serão fornecidas sem as respectivas ilustrações quando houver.	

**TABELA "F"**

Dos Atos Relativos ao Instituto Médico Legal

20) Certidões:	
I — De laudo de necrópsia	3%
II — De laudo de exumação e necrópsia	14%
III — De laudo de lesões corporais para fins particulares	3%
IV — De laudos para processos de Acidente do Trabalho	3%
V — De exames toxicológicos	3%
VI — De exames anatomo-patológicos	3%
VII — De exames sexológicos	3%
VIII — De exame de verificação de idade	3%
IX — De exame de insanidade mental	3%
X — De exames de outra natureza	3%
21) Taxa de embalsamamento	28%
22) Exames radiológicos	28%

DOS ATOS RELATIVOS AO DEPARTAMENTO DE TRANSITO

I) Habilitação de Condutores:	
1 — Aprendizagem e autorização para conduzir veículos	5%
2 — Provas escritas ou orais sobre leis e regulamentos de trânsito, para amadores e profissionais, e provas escritas ou orais sobre conhecimento técnico do veículo, para profissionais	2%
3 — Provas práticas de direção na via pública	2%
4 — Exames de sanidade física e mental, e psicotécnico	15%
5 — Carteira Nacional de Habilitação	5%
6 — Averbção da Carteira Nacional de Habilitação	5%
7 — Segunda via da Carteira Nacional de Habilitação	5%
8 — Autorização a condutor habilitado no estrangeiro, por prazo não superior a 6 meses	10%
9 — Autorização a motorista amador, diplomata ou credenciado junto às representações diplomáticas, até 12 meses	10%
II) Licenças Diversas:	
10 — As pessoas físicas ou jurídicas, a requerimento, para estacionamentos especiais, por ano	15%
11 — Para trânsito de veículo, sem placas, mediante licença especial de parabrisa, até 5 dias, por dia	1%
12 — Para trafegar em zonas ou horários não permitidos (anéis de bloqueio), por dia	15%
13 — Para uso anual da placa de experiência	10%
14 — Para estacionamento em faixas de estacionamento — "pontos de estacionamento de veículos de aluguel" — por ano	15%
III) Autorizações Diversas:	
15 — Para substituição, remarcação ou regravação de motor	5%
16 — Para remarcação ou regravação de chassis	5%
17 — Para remontagem de veículos	10%
18 — Para pequenas adaptações no veículo, acessórios não convencionais, etc.	10%
19 — Para colocação de disticos especiais em veículos, destinados ao transporte de inflamáveis, explosivos e materiais fisséis, por ano	5%
20 — Para colocação de faixas permitidas pela legislação de trânsito	10%
21 — Para guinchamentos privados, por guincho anualmente	15%

## IV) Registros Diversos:

22 — Registro anual de despachante .....	100%
23 — Registro anual de auto-escola .....	100%
24 — Registro de instrutor de auto-escola .....	15%
25 — De oficinas mecânicas que regravem motores e chassis de veículos ou efetuem a substituição de motores, por ano .....	15%
26 — De estabelecimentos que comerciem com veículos irreparáveis ou suas peças básicas (motores e chassis), por ano .....	15%

## V) Serviços Diversos:

27 — Certidões ou fotocópias de documentos de habilitação e prontuários, por folha .....	1%
28 — Expedição para outros Estados de Registro e arquivamento de prontuários recebidos de outros Estados .....	1%
29 — Pedidos protocolados no DETRAN .....	1%
30 — Levantamento de acidentes, à conta do causador, devidamente julgado .....	10%
31 — Substituição do certificado de registro .....	10%
32 — Segunda via do certificado de registro .....	10%
33 — Vistorias domiciliares .....	10%
34 — Substituição de placas .....	5%
35 — Guinchamento .....	15%
36 — Estadia no estacionamento oficial do DETRAN — por dia .....	2%
37 — Apostilas em certificados .....	5%

Notas: — Os percentuais constantes desta Tabela referem-se ao maior salário mínimo regional.

## ESTADO DO PARANÁ

## SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Gabinete

N.º 618/74

Curitiba, 30 de agosto de 1974.

Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, o incluso "Estudo para a atualização das Taxas de Segurança", elaborado pelo Grupo de Planejamento Setorial, desta Secretaria de Estado.

Valho-me do ensejo para reafirmar a Vossa Excelência, Senhor Governador os protestos da minha elevada estima e distinta consideração.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Estado.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Emílio Hoffmann Gomes, Digníssimo Governador do Estado do Paraná — Palácio Iguatçu.

## SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

## GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

Curitiba — Paraná

473/74.

Curitiba, 14 de agosto de 1974.

Senhor Secretário.

Nas "Diretrizes de Ação", documento apresentado pelo Senhor Governador do Estado, Emílio Gomes, manifestou Sua Excelência a opinião de que a — persistência das decisões e a continuidade das iniciativas — são os aspectos garantidores da coerência e a responsabilidade que devem revestir o uso de recursos públicos.

Como plano de governo, a Pasta de Segurança, em ritmo acelerado vem empreendendo a gigantesca obra de renovação dos dispositivos de segurança e polícia do Estado como fundamento primeiro da estabilidade social e prosseguimento do processo de desenvolvimento.

Constituindo-se em METAS a serem alcançadas em período relativamente curto, para ultrapassar a defasagem do mecanismo policial no Estado, a programação já consubstanciada no Governo Parigot de Souza sob o título: "Diagnóstico e Diretrizes de Ação" e ratificada no Governo Emílio Gomes sob a forma do "Diretrizes de Ação — 1973/1975" — envolve uma somatória de recursos que foram sob a fórmula de um Fundo Próprio Rotativo (FUNRESPOL) e mais tarde outro similar (FUNRESTRAN), o primeiro circunscrito às imensas áreas da Polícia Civil (Judiciária) e o segundo abrangente às esteras do Departamento de Trânsito e Polícia Militar, solução encontrada para criar, na estrutura da Segurança Pública Estadual, as condições para o desenvolvimento harmônico e evolução equilibrada e progressiva entre os organismos responsáveis pela aplicação da lei e manutenção da ordem.

Assim, sucessivamente neste triênio, programações vem sendo rigorosamente cumpridas nos termos das Metas estabelecidas.

Projetos e edificações de Delegacias e Quartéis — "necessários ao adequado desempenho das instituições de segurança, em atendimento às suas finalidades sociais nas áreas da Polícia Civil, Detran e Polícia Militar".

Aquisição de veículos, motocicletas, rádios, equipamentos técnico-científicos, utensílios operacionais mobiliário e outros implementos — "reaparelhamento e reequipamento a Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e o Departamento de Trânsito, permitindo melhores condições de operação a esses órgãos". Construção da Escola de Polícia e melhorias na Academia Policial do Guatupê — possibilitarão a "incrementação da formação e aperfeiçoamento dos quadros de segurança", que se renovarão e aumentarão em ascensão nos próximos anos conforme autorização legislativa e sanção governamental da Lei Complementar n.º 3 e autorização para completamento dos efetivos da Polícia Militar do Paraná.

A reestruturação das áreas de segurança, policiais militares e das Ciretrans — constituem a primeira tornada realidade pelo Decreto Governamental n.º 5720, de 18 de julho de 1974, a segunda em fase de estudos e a terceira em vias de ser submetida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no início da META de — "promover a descentralização operacional das unidades de segurança consoante à imperiosa modernização e dinamização do Setor".

As aplicações no triênio 1973 a 1975 foram previstas na ordem de:

ANOS	R\$ 1.000,00
1973 .....	22.118,00
1974 .....	16.500,00
1975 .....	19.929,00

Os recursos carreados, oriundos das TAXAS DE SEGURANÇA, auferidas e canalizadas para os órgãos policiais, exigirão para:

- 1 — Atender a crescente demanda de convênios com os municípios para construção de Delegacias e Cadeias;
- 2 — Início da construção de sedes próprias, para Ciretrans do Detran e Quartéis para a P.M.E.P.;

- 3 — As obras da Polícia Civil na Capital e sedes das Subdivisões Policiais;
- 4 — A continuidade de aplicação dos programas de reequipamento material técnico e científico dos órgãos da SESP;

- 5 — O prosseguimento da programação de Seleção e Treinamento do pessoal que ingressa e a adoção de incessante política de reciclagem dos quadros funcionais.

Reexame das Tabelas vigentes, postas em execução por força da Lei 5.482, de 20 de janeiro de 1967, e 6.070, de 8 de janeiro de 1970, atualizando-as a valores consentâneos com o custo dos serviços prestados e materiais díspendidos, além de equiparar-se às Tabelas sancionadas e vigentes em outras unidades da federação, conforme eloquentemente revelam os documentos anexados e objeto de busca e pesquisa por este Grupo de Planejamento Setorial.

Ressaltam, de pleno, os valores ínfimos constantes das Tabelas do DETRAN, há sete anos e meio desajustados com a realidade e efetividades dos serviços em contra partida prestados à população, e as Tabelas da Polícia Civil, há quatro anos carentes de uma razoável revisão para propiciar a continuidade do enfoque das METAS programadas e a eventual projeção das perspectivas de ampliação da política governamental de — interiorizar a administração pública.

A proposta ora submetida à consideração de Vossa Excelência, reavaliada e reajustada, incorporou taxa proveniente de serviços de fiscalização à atividades da vigilância particular e ampliou as atividades desempenhadas pelo Instituto Médico Legal.

Ordenu-se, por outro lado, a distribuição, no documento, dos atos praticados, enfileirando todos aqueles passíveis de Alvarás, Vistorias, Registros, localização e tipificação dos serviços e atos a eles vinculados.

A legislação similar comparada de outros Estados da Federação Brasileira, resguardadas as peculiaridades da organização e normas vigentes, serviu de parâmetro para a elaboração do trabalho que se afigura resultante, ora da experiência superior a 4 anos de vigência da Lei 6.070, ora dos valores atribuídos pelo exercício de atividades de polícia administrativa nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Estado do Rio, Minas Gerais, Pernambuco, entre outros.

Conforme se infere das comunicações telográficas ou radiográficas recebidas há pouco resposta à solicitação deste Grupo de Planejamento Setorial, as Tabelas comparativas discriminadas no "Mapa" em anexo, remontam, por seu lado, aos anos de 1970, 1971 e 1972, tendo sido, sistematicamente reavaliadas e atualizadas com base na aplicação dos reajustamentos anuais do salário mínimo.

Adota-se agora, segundo a minuta de Lei apensa à proposta, o critério de aplicação de percentual reajustável, portanto, anualmente e atualizado, ipso facto, pela correção aplicada a todo exercício fiscal pelo Governo Federal.

Havendo premência de tempo em função da necessidade de aprovação da proposta de Lei reajustadora, para efetiva aplicação no exercício vindouro de 1975, o estudo consubstancia, não só as taxas correspondentes às Tabelas da Polícia Civil como do Departamento de Trânsito, alimentadoras de ambos os Fundos responsáveis pela revitalização da máquina de polícia e segurança do Estado do Paraná, e que, como inicialmente ficou caracterizado, constituem os sustentáculos das METAS assumidas para os próximos anos.

Para a final elaboração do trabalho foram ouvidos, diretamente, os responsáveis pelos organismos executores dos vários serviços, administrativos, policiais ou técnico-científicos que se pronunciaram amplamente quanto às Tabelas de per si, alterando, substituindo, acrescentando ou revalorizando-as.

Na certeza de que o Grupo de Planejamento Setorial, mais uma vez cumpriu a sua missão constituindo-se este trabalho uma etapa do planejamento que vem tendo progressivo e crescente curso na Secretaria de Segurança, apresento a Vossa Excelência, na oportunidade do grato ensejo, as minhas cordiais saudações.

Bel. Almir Chagas Vilela  
DIRIGENTE

A Comissão de Constituição e Justiça.

## OFÍCIOS:

Sob o n.º 403-74, do Senhor Alberto de Carvalho Seixas, comunicando que, tendo em vista o afastamento, por motivo de viagem, do Excelentíssimo Senhor Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, assumiu em 24 do mês próximo passado, o exercício do cargo de Corregedor Geral da Justiça do Estado. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 199/74, do Senhor Eng.º Agro.º Wilson Thiesen, Coordenador em exercício do INCRA-PR, convidando a Presidência desta Casa, para as solenidades de posse do Doutor Aroldo José Meletta, no cargo de Coordenador Regional do INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Paraná. — Ao conhecimento do Senhor Presidente.

Do Senhor Doutor Osny Bueno do Camargo, Presidente do Clube União Recreativo Palmense, comunicando a posse dos novos membros da Diretoria e Conselho Deliberativo do referido Clube. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

## REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, cuido o Plenário, requer a inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Pipino, ocorrido dia 5 último em Maringá. A extinta era viúva e deixa os seguintes filhos: Enio Pipino, casado com dona Nilza de Oliveira Pipino; Mafalda Pipino Campos, casada com o Senhor Fausto Alves Campos; Edmundo Pipino, casado com dona Lucinda Gargione Pipino; Viúva Iolanda Pipino Reiter, Valdemar Pipino; Osvaldo Pipino, casado com dona Olga Reis Pipino; Ana Maria Pipino de Oliveira, casada com o Senhor Benedito Braz de Oliveira; Valdemir Pipino, casado com dona Maria de Lourdes Costa Pipino; Abigail Pipino Sales, casada com o Senhor Ilvino Sales Barbosa e Olga Pipino Cunha, casado com o Senhor Osmar Cunha.

Requer, também, o Deputado subscritor deste que, da decisão desta Casa, seja comunicada à família enlutada, à rua Antonio Salema, 352, em Maringá — Pr

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1974.

(a) — Fuad Nacfi

**Requerimento**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que libere a verba, ainda neste mês de outubro, para pagamento dos vencimentos dos Escrivas Officiais de Justiça, Comissário, Porteiro de Auditório e Auxiliar de Cartório do Quadro da Justiça, conforme estabelece a Lei Estadual n.º 6.582 de 15 de agosto de 1974.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

**Requerimento**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado veemente apelo no sentido de que seja providenciada, através do Departamento de Estradas de Rodagem, a reparação da ponte sobre o Rio Iguaçu na estrada que liga Balsa Nova à Lapa, por se encontrar em precário estado de conservação.

Em função do completo abandono em que se encontra a mencionada ponte o tráfego na mencionada estrada se dá em condições precárias pois ela só permite a passagem de veículos leves e, assim mesmo, com riscos para o usuário.

Felos motivos expostos, que bem atestam a urgência da medida solicitada, contamos com o indispensável apoio dos nobres Deputados.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1974.

(a) — Maurício Fruct

**Requerimento**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado veemente apelo no sentido de que, através da FUNDEPAR, sejam realizadas reformas no prédio do Grupo Escolar "Gratulino de Freitas", em Guaratuba.

O pedido prende-se ao fato de que as instalações daquela instituição escolar se encontram em péssimo estado de conservação, chegando, mesmo a colocar em perigo de vida as crianças que ali estudam.

Tratando-se de medida urgente, da mais alta relevância, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1974.

(a) — Maurício Fruct

**Requerimento**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer o envio de veemente apelo à FUNDEPAR, a fim de que se proceda urgente verificação na estrutura do prédio onde se encontra em funcionamento o Grupo Escolar "Ninfa Pedroso", no bairro do Barigui, diante do justificado receio de que não esteja a oferecer segurança, pondo em risco a integridade física de alunos e professores.

Na hipótese da verificação concluir que o prédio oferece segurança necessária solicita o Autor sejam procedidos reparos no telhamento, diante das numerosas goteiras constatadas nos dias chuvosos e que chegam a impedir o bom desenvolvimento das aulas.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

**Requerimento**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer o encaminhamento de apelo à SANEPAR no sentido de extensão da rede de água até o prédio onde funciona o Grupo Escolar "Ninfa Pedroso", no bairro do Barigui.

O apelo encontra justificativa no fato do nominado estabelecimento de ensino não contar com água, o que constitui clamorosa deficiência, em prejuízo de atendimento aos mais elementares princípios de higiene, além do representar problema dos mais sérios, a exigir imediatas providências dos Poderes Públicos responsáveis.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1974.

(a) — Erondy Silvério

**PROJETOS DE LEI:**

**PROJETO DE LEI N.º 164/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte de concreto armado sobre o rio Iguaçu, na estrada que liga os Municípios de Curitiba à São José dos Pinhais, via Umbará e Cachoeira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1974.

(a) — Maurício Fruct

**JUSTIFICATIVA:**

A ponte ora existente é de madeira, está em precárias condições e limita o peso de carga dos caminhões que por ela trafegam. Sendo uma região produtora de alguns materiais de construção, como areia, tijolos e telhas, faz com que o tráfego por esta estrada seja intenso e a única ponte a ser utilizada num menor percurso seja o objeto de nosso Plano de Lei.

A medida proposta vai beneficiar um número elevado de moradores da região, os quais, na maioria, participam das atividades industriais acima enumeradas.

**PROJETO DE LEI N.º 165/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Escola Internacional de Curitiba, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1974.

(a) — Igo Losso

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação da Escola Internacional de Curitiba é uma entidade de caráter exclusivamente educacional, caritativo e literário, sem fins lucrativos, que se encontra devidamente registrado no 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba, no Livro "A", sob o n.º 433, em 1.º de agosto de 1969. Os Membros da Diretoria, não percebem qualquer remuneração e todos os seus recursos são aplicados nos fins estatutários.

A Escola Internacional de Curitiba, tem prestado grandes e relevantes serviços, principalmente aos estagiários que residem em nosso Estado, filhos de diplomatas, industriais e comerciantes que aqui tem sua residência temporária.

Daí o grande trabalho que realiza esta benemérita instituição que merece ser declarada de utilidade pública.

Espero, assim, seja o mesmo unanimemente aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Xenofonte Villanueva.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou em data de hoje apresentando um Projeto de Lei que visa homenagear um dos mais antigos professores que o Paraná conheceu. Era a figura de Francisco Villanueva, meu pai.

Verão os Senhores, pela leitura que vou proceder da justificativa e da biografia do homenageado, como merecedor ele foi da homenagem que pretendemos prestar. (Lê):

**PROJETO DE LEI N.º 166/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Decreta:**

SUMULA: Denomina Unidade Escolar Professor Francisco Villanueva, a atual Unidade Escolar de Vila Oliveira, do Município de Rolândia.

Art. 1.º — Fica denominada "Unidade Escolar Professor Francisco Villanueva", a Unidade Escolar de Vila Oliveira, do Município de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Curitiba, 8 de outubro de 1974.

(Dep. Xenofonte Villanueva)

**JUSTIFICATIVA:** O Professor Francisco Villanueva, nascido em 31 de maio de 1882 em Tamandaré neste Estado, filho de emigrantes espanhóis, vindos da província de Granada e que dedicavam-se à atividade hortigrangeiras, cursou suas primeiras letras em Curitiba. Aos 18 anos de idade transferiu-se para o Rio de Janeiro, indo trabalhar na composição gráfica de jornais a fim de prosseguir seus estudos durante o dia. Tendo feito concurso para o telégrafo nacional, após ter cursado por dois anos a Escola Militar, foi designado para chefiar o Departamento de Telegrafia e Comunicações do Palácio do Catete, então sede da Presidência da República, funções que ocupou durante 15 anos. Neste período de tempo, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo no entanto se transferido para São Paulo onde cursou a Faculdade de Direito daquela cidade, recebendo seu título de Bacharel na Turma de 1917. Durante o período que viveu no Rio de Janeiro, já demonstrava pendor para a profissão que iria exercer durante a maior parte de sua vida, pois foi por muitos anos Professor da Escola Orsina da Fonseca. Ao terminar o seu curso de Direito, passou a exercer a advocacia na Capital de São Paulo, sendo chefe do corpo jurídico que assessorava a firma Marcondes, colonizadora de tantas áreas de terras, onde se plantaram cidades hoje pujantes como: Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Assis e outras mais.

Transferindo-se para o Paraná, veio trabalhar na firma Zacarias de Paula Xavier, na época líder de empreendimentos que até hoje marcam características de nosso Estado, pois afora dedicar-se à madeira, pecuária, extração cruvateira e exportação de erva-mate para os mercados da Argentina, Uruguai e Chile foi a pioneira na implantação da Indústria de Louça em nosso País. Nesta época, foi designado Promotor Público tendo exercido essas funções na Comarca de União da Vitória. Seu pendor natural para o magistério era mais forte que os interesses econômicos, destarte, fez concurso para a cadeira de Geografia no Ginásio Paranaense, defendendo tese com o tema "Contribuição para a Corografia do Estado do Paraná". Sendo aprovado com louvor, a obra de sua tese foi editada, tendo servido por muitos anos como orientação no estudo dos aspectos geográficos de nosso Estado, no Brasil e no exterior. Foi homenageado nesta época com o título de sócio da Sociedade Brasileira de Geografia do Rio de Janeiro e designado Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Estudioso que sempre foi dos problemas pátrios, escreve sua segunda obra "Recursos Econômicos da Amazônia" que já na época fazia a ante-visão das potencialidades hoje comprovadas pelos projetos de integração da Amazônia. Dedicado à Literatura com notável senso poético, sempre conseguiu exprimir desde sua juventude, através das rimas, o pensamento e o sentimento, colaborando assiduamente nos jornais e revistas editados na Capital Federal e em Curitiba.

Participava de famosas tertúlias literárias nos círculos representativos da intelectualidade, tendo como companheiros Emílio de Menezes, Serafim França, Plácido e Silva Dario Veloso, Roberto Barroso, José Pereira de Macedo e muitos outros cujas tradições enobrecem os alicerces culturais de nossa terra. Possuidor de uma intensa admiração pelo astrônomo Camille Flammarion, com quem manteve correspondência, deslumbrado com as maravilhas do Universo, tornou-se um estudioso do mesmo e escreveu sobre o assunto "Arcanum Coeli" — "A Terra, seu Nascimento, sua Vida, sua Morte" — "O Céu é a Casa de Deus", que o fizeram sócio da Société Astronomique de France.

Exercendo o magistério como meio de sobrevivência, lecionava no Ginásio Paranaense, posteriormente transformado em Colégio Estadual do Paraná, tendo sido seu Diretor. Um dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, foi Professor e Vice-Diretor da mesma, quando foi incorporada à Universidade Federal do Paraná. Professor e Diretor do Colégio Iguaçu, Professor do Colégio Partenon Paranaense, Professor do Liceu Rio Branco, exerceu a nobre arte de ensinar à juventude de muitas gerações, deixando marca indelével de sua personalidade aqueles que em mais de trinta e cinco anos de magistério, foram seus alunos. Era motivo constante de seu orgulho, o encontro com ex-alunos que galgavam posições de destaque na política, no exército e na vida pública. Senadores, Generais, Vice-Governadores, Deputados Federais e Estaduais, Desembargadores e tantos outros líderes, o prestigiavam com admiração e amizade nascida nos bancos esco-



lares. Este era o único orgulho que o Professor Francisco Villanueva carregava dentro da alma. Foi característica de sua personalidade, o desprezo pelos valores monetários, como se comprova na dedicatória de seu livro "Gotas de Pensamento em Flores do Caminho", que me permito transcrever:

## MEU PAI

Obrigado, Meu Pai! Obrigado sim, pela grande riqueza que me deixaste e que com tua constante e inquebrantável vontade, fostes lentamente acumulando para que eu fosse feliz, como sou!

Com a riqueza que me destes encontrei todas as portas abertas, todas as estradas limpas e iluminadas, sem pedras e com flores!

Todos os dias meu pensamento Te vê, Te fala e Te agradece a inesgotável fortuna que me deixastes. Conservo esta fortuna e a transmiti aos meus filhos.

Não é dinheiro, que é coisa fungível, que se funde com o uso, mas a perseverança no trabalho, honestidade, dignidade, bondade, honradez. Essa foi a fortuna que me legastes, que quanto mais se gasta mais aumenta. Não há riqueza mais rica, mais bela e grandiosa! Obrigado, Meu inquecível Pai!

A atividade constante nos meios culturais, fez com que fosse designado Sócio Correspondente do Centro de Letras José de Alencar do Paraná, local onde por ocasião do aniversário de seu falecimento foi realizada uma Sessão Solene presidida pela Dra. Juril de Plácido e Silva Carnasciali, tendo como orador o Dr. Plínio Costa, ambos seus ex-alunos, que infocaram imagens inesquecíveis de suas características, nas quais se alternavam uma autoridade inabalável com exigências de absoluta disciplina ao lado de demonstrações de intensa sensibilidade e amizade pelos seus alunos.

Tinha características físicas, como seu porte baixo e costeletas largas. Era no entanto decidido e enérgico sendo que na Revolução de 1932, participou da mesma comandando o Batalhão Azauri, integrante da coluna do General João Francisco, constituído de gaúchos. Na frente da Batalha de Ourinhos, pôde ser comprovado os dotes de coragem pessoal e intrepidez, fazendo-o merecedor de louvores em sua folha de serviço como Capitão, sendo nesta oportunidade promovido a Major.

É esta a figura do Professor Francisco Villanueva, cujo nome pretendemos homenagear, que julgamos irá merecer a aprovação das Comissões e dos Senhores Deputados".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, lido da Tribuna. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 163/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando o Estabelecimento do Sistema Nacional da Vigilância Epidemiológica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 212/73, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que dispõe sobre a transferência de área territorial de um para outro Município, desde que se comprove benefícios para a respectiva área e o município remanescente não perca os requisitos exigidos pela Lei Federal e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/74, de autoria do Dep. Jorge Sato, que acrescenta ao art. 59 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, o parágrafo que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22-74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 112/74, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, com intervenção de Órgãos que especifica, visando a execução do Programa Paranaense de Treinamento de Executivos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 270/73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que declara de Utilidade Pública a "Loja Maçônica Fátima e Caridade", da cidade de Nova Fátima. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58/74, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curitiba, viatura Willys Rural ano 1966 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 259/73, de autoria dos Deputados Antônio Lopes Júnior e Igo I. Losso, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Desembargador Luiz Silva e Albuquerque. Sem Parecer, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 259/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Desembargador Luiz Silva e Albuquerque.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1973.

(aa) Antônio Lopes Júnior  
Igo Losso

JUSTIFICAÇÃO: A pessoa que se pretende homenagear, está no Paraná há quarenta anos. Exerceu o jornalismo, o magistério e atualmente a magistratura. Como Juiz, teve oportunidade de realizar atividades sociais e de benemerência, em várias cidades de nosso Estado. Fundou entidades educativas e assistenciais, destacando-se a Associação dos Pais Cristãos de Irati, que ainda hoje realiza enormes benefícios à população. Dirigente escoteiro, preside no Paraná as atividades dessa escola de civismo e formação moral da juventude há mais de 8 anos, realizando uma administração notável, construindo sede, campo de adestramento. Com espírito de comunidade, tem iniciado inúmeros movimentos, visando sempre o bem comum, tendo também se destacado como Juiz de Menores realizando uma grande obra. O seu amor ao Paraná, tem demonstrado em todas as suas atividades que, aliadas à Justiça de princípios e a sua integridade como Juiz, o fazem merecedor desta honra, de pertencer ao rol dos cidadãos paranaenses.

Ofício n.º

Curitiba, 11 de junho de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência as devidas providências, a fim de que seja restaurado o Projeto de Lei n.º 259-73, que se encontra extraviado.

Ao ensejo, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração.

(a) — Erondy Silvério

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa  
N/ Edifício

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/74, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a estrada municipal que liga a sede do Município de Mallet à Rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 16/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que liga a sede do Município de Mallet à rodovia BR-476, passando pelo distrito de Rio Claro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1974.

(a) Domício Scaramella

JUSTIFICATIVA — Justifica-se o presente Plano de Lei, pelo fato de que a Prefeitura do citado Município não se encontra com capacidade para arcar com as obrigações de conservação da referida estrada, mercê os seus poucos rendimentos.

A estadualização da mesma em quase nada agravará a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, pois o comprimento desta rodovia não excede os 35 quilômetros.

Com o acatamento ao Plano em tela, em muito se beneficiaria o Município de Mallet que melhor poderia escoar a sua produção, ora prejudicada pelas más condições dessa estrada, tendo apenas que se valer de um único local de vazão, qual seja, a rodovia que demanda a Paulo Frontin.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## P A R E C E R

## AO PROJETO DE LEI N.º 16/74

1 — O nobre Deputado Domício Scaramella, com o presente plano de Lei, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga a sede do Município de Mallet à rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro.

2 — A medida é oportuna e trata-se de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo de aceitação ou não, e quanto aos aspectos de ordem legal ou constitucional que cabe nesta oportunidade de examinar, não vemos qualquer impedimento para deixar de acolhê-la nesta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

(Ass. ilegíveis)

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI N.º 16/74

AUTOR: Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA

## P A R E C E R

O desiderato do Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Domício Scaramella, é autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada Municipal que liga a sede do Município de Mallet à rodovia BR-476, passando pelo distrito de Rio Claro.

Referida Proposição recebeu, em sua devida oportunidade, acolhimento por parte da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão, não havendo nenhuma implicação de ordem financeira, não vemos qualquer impedimento à tramitação normal do Projeto.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de abril de 1974.

Quiele Crisóstomo — Presidente

Alvaro Dias — Relator

COMISSOES DE OBRAS PUBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N.º 16/74

PARECER

O Projeto de Lei ora em exame, de autoria do nobre Deputado Domicio Scaramella, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga a sede do Município de Mallet à rodovia BR-476, passando pelo Distrito de Rio Claro.

Referida Proposição já recebeu, em sua devida oportunidade, pareceres favoráveis das Doulas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Sendo mera medida autorizatória ao Poder Executivo, não vemos no âmbito desta Comissão, qualquer óbice, que se insurja à tramitação normal do Projeto.

Pelo ACOLHIMENTO da medida pleiteada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em  
Borsari Netto — Presidente  
Antonio Belinati — Relator

de 1974.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/74, de autoria do Dep. Igo Losso, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 94/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SANTÍSSIMA TRINDADE, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de junho de 1974.

(a) — Igo Losso

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade é uma entidade religiosa de caráter assistencial e educacional, conforme se verifica no artigo 4.º, onde estão registradas as nobilitantes finalidades da benemérita instituição.

Fundada em 13 de maio de 1952 e registrada sob o número 15 do Livro "A" 1.º de Pessoas Jurídicas, do 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital, vem a entidade desde então cumprindo suas finalidades.

Verifica-se ainda no Art. 7.º — item 1.º dos estatutos que a comunidade cumpre literalmente todos os requisitos exigidos por lei para tal reconhecimento, inclusive com a gratuidade dos membros de sua Diretoria.

Assim, se nos afigura como justa a medida que visa a declaração de Utilidade Pública de tão importante e prestativa organização, que tem larga folha de serviços prestados e reconhecidos comunitariamente.

Dai, esperamos sua aprovação unânime.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao  
PROJETO DE LEI N.º 94/74

Autor: Dep. IGO IWANT LOSSO

No Mérito — A matéria está perfeitamente enquadrada na legislação atinente não havendo o que se arguir no tocante a legalidade e constitucionalidade.

Desta forma, o parecer é no sentido de que seja o presente projeto de lei aprovado.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente  
Antonio Lopes Júnior — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/74, de autoria do Deputado Mauricio Fruet, que concede Título de Cidadã Honorária do Paraná, a Helene Garfunkel. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 99/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de "Cidadã Honorária do Paraná" a Helene Garfunkel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1974.

(a) Mauricio Fruet

JUSTIFICATIVA:

Nasceu em Paris, onde efetuou seus estudos. Formada em Engenharia (Ingénier des Arts et Manufactures) pela "Ecole Centrale de Paris". Foi secretária técnica do "Syndicat Général de la Construction Electrique", em Paris.

Chegou em Curitiba em 1942 depois de ter morado, por algum tempo, em São Paulo e Santos. Em 1949 foi encarregada de reabrir a Aliança Francesa de Curitiba, fechada por falta de recursos, onde permaneceu como diretora até 1970; a partir desta data passou à presidência, cargo que vem ocupando até o momento.

Como diretora-geral da A.B.E.F.-Pr. (Associação Brasileira dos Estagiários da Cooperação Técnica Francesa — Seção do Paraná), obteve mais de 150 estágios, na França, para engenheiros, médicos professores e demais diplomados brasileiros.

Professora Adjunta de Didática Especial de Francês, na Faculdade de Educação (Curitiba) e professora de Francês na Faculdade Católica de Filosofia (Curitiba).

Condecorada pelo Governo Francês com a ordem de "Chevalier" e como "Officier de l'Ordre des Palmes Académiques". Agraciada com o título de "Cidadã Honorária de Curitiba". Recentemente (27-11-73) recebeu das mãos de S. Excia. o Embaixador da França no Brasil, M. Paul Fouchet, a comenda de "Chevalier du Mérite National".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei n.º 99/74

PARECER

O Projeto de Lei em testilha, de autoria do nobre Deputado Mauricio Fruet, visa conceder o título de "Cidadã Honorária do Paraná" a Helene Garfunkel.

Pelo expressivo "Curriculum Vitae" da personalidade enfocada, é das mais justas e oportunas a homenagem que se pretende prestar à Prof.ª Hélène Garfunkel, pelos relevantes serviços prestados à educação e à formação da juventude do Paraná, não só como professora emérita, mas também como diretora Geral da Associação Brasileira dos Estagiários da Cooperação Técnica Francesa de Curitiba, ou seja, Seção do Paraná, onde obteve centenas de estágios na França, para profissionais liberais do Paraná.

Constitucionalmente, legalmente ou juridicamente, e ainda quanto à forma, a proposição é escoreita.

Com entusiasmo opino pela APROVAÇÃO do Projeto para ulterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Sobesão-Rodríguez Júnior — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fúdd Neeli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Rosa Pipino ocorrido em Maringá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam providenciados através do D.E.R., reparos na ponte sobre o Rio Iguaçu, na estrada que liga Balsa Nova a Lapa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à SANEPAR visando a extensão da rede de água até o prédio onde funciona o Grupo Escolar "Ninfa Pedroso", no Bairro do Barigui. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à FUNDEPAR, no sentido de que proceda verificação na estrutura do prédio onde funciona o Grupo Escolar "Ninfa Pedroso", no bairro do Barigui. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja liberada a verba, ainda neste mês de outubro, para pagamento dos vencimentos dos Escrivães, Oficiais de Justiça, Comissário, Porteiro de Auditório e Auxiliar do Cartório, do Quadro da Justiça. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, através da FUNDEPAR, sejam realizadas reformas no prédio do Grupo Escolar "Gratolino de Freitas", em Guaratuba. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quarta-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/74 e dos Projetos de Lei nrs. 270/73, 58/74;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 259/73, 16/74, 94/74, 99/74;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 243/73, 279/73 44/74.

Fica convocada ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 10, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nrs. 16-68, 33-74 e dos Projetos de Lei nrs. 564/62 631/65, 321/68, 428/68, 156/69 e 11/70.  
Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 24.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de um mil. novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Deputado Gabriel Manoel apresentou redação final aos seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 233/68 — de autoria do Deputado Ovidio Franzoni, que cria no Município de Cianorte o Distrito Administrativo e Judiciário de Vidigal.

PROJETO DE LEI N.º 235/73 — de autoria do Deputado Basílio Zanussi, que denomina Antônio Pereira de Carvalho, a Escola Técnica de Comércio de Alto Paraná.

PROJETO DE LEI N.º 264/73 — de autoria do Deputado João Mansur, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR, com sede na cidade de Paranavai.

PROJETO DE LEI N.º 47/74 — de autoria do Deputado Antônio F. F. da Costa, que declara de utilidade pública a Sociedade Operária Beneficente Lindóia, com sede nesta Capital.

PROJETO DE LEI N.º 64/74 — de autoria do Deputado Antônio Belinati, que dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 6.531 de 22 de abril de 1974.

PROJETO DE LEI N.º 69/74 — de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 27/74, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 61.200.00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros, para atender despesas com o Pessoal Temporário, da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

PROJETO DE LEI N.º 72/74 — de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos e Mudos do Paraná, com sede nesta Capital.

PROJETO DE LEI N.º 91/74 — de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública a Sociedade Religiosa Seicho-No-Ie do Brasil, com sede na Capital do Estado de São Paulo.

PROJETO DE LEI N.º 11/74 — de autoria do Poder Executivo — Mensa-



gem n.º 32/74, encaminhando anteprojeto de lei que abre crédito especial no valor de Cr\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros), para despesas de auxílio à FIDES — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 30/74** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 108/74, que aprova o Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, visando prorrogar por 120 (cento e vinte) dias, o prazo da Cláusula 6.ª do Convênio celebrado em 13-11-72, entre as mesmas partes.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31/74** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n.º 160/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP, objetivando contratação de técnicos para exercerem atividades que especifica, junto aos municípios associados. — **APROVADOS.**

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

- a) Gilberto Carvalho — Presidente.  
a) Lélío Guimarães Sotó-Maior — Secretário.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 223/68 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Cianorte, o Distrito Administrativo e Judiciário de Vidigal, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— Começa no rio dos Índios, na foz do córrego Tancredo, sobe por este até a sua nascente e onde por uma linha seca alcança o ribeirão São Tomé, na foz do córrego Paraopeba, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca no sentido Leste alcança a estrada Cianorte-São Tomé, daí segue rumo Leste até alcançar o rio Carandé, daí desce por este abaixo até encontrar a foz do córrego Philodredon de onde por uma linha seca Sudeste alcança o rio Ligeiro, pelo qual desce até o córrego Opalina, e por este acima sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do córrego Sepetiba e por este abaixo até a sua foz no rio São Tomé, de onde sobe o córrego Juraia até a sua nascente daí alcança a nascente do córrego Purus e por este abaixo até o ribeirão Bolívar, pelo qual desce até a sua foz, no rio dos Índios e por este abaixo até alcançar a foz do córrego Tancredo, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 25-9-74.  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Gabriel Manoel — Relator.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 235/73 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada Antônio Pereira de Carvalho, a Escola Técnica de Comércio do Município de Alto Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 25-9-74.  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Gabriel Manoel — Relator.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 264/73 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR, com sede na cidade de Paranavai, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 25-9-74.  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Gabriel Manoel — Relator.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 47/74 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Operária Beneficente Lindóia, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 25-9-74.  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Gabriel Manoel — Relator.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 64/74 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 1.º, da Lei n.º 6.531, de 22 de abril de 1974, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Metodista de Assistência Social de Curitiba — AMAS de Curitiba, com sede e foro na cidade de Curitiba”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 25-9-74.  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Gabriel Manoel — Relator.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 69/74 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial no valor de Cr\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros), destinado a atender despesas com o Pessoal Temporário, regido pela C.L.T., da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

UNIDADE: GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

SUBPROGRAMA: PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

ATIVIDADE: PLANEJAMENTO, PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTARIA E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

DOTAÇÃO: 4203.0108.2003

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social ..... Cr\$ 36.500,00

UNIDADE: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE: COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

DOTAÇÃO: 4204.0101.2002

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social ..... Cr\$ 24.700,00  
T O T A L ..... Cr\$ 61.200,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 8.494, de 3 de dezembro de 1973.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25-9-74.

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Gabriel Manoel — Relator.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 72/74 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos e Mudos do Paraná, com sede no Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25-9-74.

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Gabriel Manoel — Relator.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 91/74 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Religiosa “Seicho-No-Ie” do Brasil, com sede central e foro na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25-9-74.

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Gabriel Manoel — Relator.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 113/74 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros), para atender despesas com a concessão de auxílio à FIDES — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, da Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL — ENTIDADES SOCIAIS — FIDES

PROGRAMA: ASSISTENCIA E PREVIDENCIA

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE: ADMINISTRAÇÃO GERAL

DOTAÇÃO: 7101.0301.2301

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.1.0 — Subvenções Sociais ..... Cr\$ 568.000,00

Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar igual importância proveniente do “Superavit” Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 1973, da Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais — FIDES.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25-9-74.

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Gabriel Manoel — Relator.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 30/74 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo celebrado em 31 de outubro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, visando prorrogar por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 13 de novembro de 1973, o prazo a que alude a Cláusula Sexta do Convênio celebrado em 13 de novembro de 1972, entre as mesmas Partes.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25-9-74.

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Gabriel Manoel — Relator.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31/74 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento Estadual e a Superintendência

do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP, objetivando a contratação de técnicos de nível superior para exercerem as atividades de coordenação do planejamento micro-regional e de prestação de assistência técnica aos municípios associados.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25-9-74.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Gabriel Manoel — Relator.

#### DFCP — CONTABILIDADE GERAL

#### BALANCETE DO MÊS DE SETEMBRO DE 1974

##### A T I V O

<b>DISPONÍVEL</b>		
Tesouraria .....	1.427.502,29	1.427.502,29
<b>EXECUÇÃO DA DESPESA</b>		
Venc. e Vantagens Fixas .....	12.374.871,62	
Desp. Var. c/P. Civil .....	5.452.370,39	
Material de Consumo .....	735.256,08	
Serviços de Terceiros .....	2.638.556,07	
Encargos Diversos .....	960.800,00	
Desp. Exerc. Anter. ....	120.217,31	
Subvenções Sociais .....	4.029.000,00	
Inativos .....	1.788.778,70	
Pensionistas .....	736.239,85	
Salário Família .....	245.126,32	
Equip. e Instalações .....	694.432,51	
Material Permanente .....	1.023.422,53	
Aux. p/Obras Públicas .....	5.000.000,00	
Contribuição de Prev. Social .....	1.251,33	35.800.322,71
<b>CONTAS PENDENTES</b>		
Despesas Diferidas .....	—	—
<b>SOMA DO ATIVO</b> .....		37.227.825,00

##### P A S S I V O

<b>LIBER. SECR. FAZENDA</b>		
<b>PESSOAL</b>		
Venc. e Vantagens Fix. ....	12.370.000,00	
Desp. Var. c/P. Civil .....	5.616.000,00	
Inativos .....	1.810.000,00	
Pensionistas .....	750.000,00	
Salário Família .....	255.000,00	
Contr. de Previdência Social .....	5.000,00	20.806.000,00
<b>OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO</b>		
Material de Consumo .....	475.000,00	
Serviços de Terceiros .....	2.070.000,00	
Encargos Diversos .....	730.000,00	
Desp. Exerc. Anter. ....	120.000,00	
Subvenções Sociais .....	2.820.000,00	6.215.000,00
<b>CAPITAL</b>		
Equip. e Instalações .....	845.000,00	
Material Permanente .....	1.135.000,00	
Aux. p/Obras Públicas .....	2.310.000,00	4.290.000,00
<b>CREDORES</b>		
Despesas Empenhadas .....	4.913.290,99	
Despesas Processadas .....	172.412,76	
Folhas de Pagamento .....	717.439,71	
Restituições .....	12.807,21	
Consignações .....	—	5.815.950,67
<b>RESTOS A PAGAR</b>		
Empenhados .....	30.226,87	
Processados .....	2.134,70	32.361,57
<b>CONTAS PENDENTES</b>		
Outras Contas Pendentes .....	68.512,76	68.512,76
<b>SOMA DO PASSIVO</b> .....		37.227.825,00

Palácio "XIX de Dezembro", em 01 de outubro de 1974.  
(Assinatura ilegível) — Chefe da Seção de Cont.  
(Assinatura ilegível) — Chefe da Div. Cont.  
(Assinatura ilegível) — Contador Geral.